



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE – PI



CONTRATO Nº. 056/2021

REALIZAÇÃO DO PROJETO “DIA DO VAQUEIRO”,  
REALIZADO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DE MARCOS PARENTE (PI), QUE ENTRE SI FAZEM A  
**PREFEITURA MUNICIPAL MARCOS PARENTE E A  
EMPRESA CACTUS PRODUÇÕES PUBLICIDADE E  
ASSESSORIA EIRELI.**

Aos 09 (nove) dias do mês de julho do ano de 2021, nesta cidade de Marcos Parente, Estado do Piauí, de um lado, **PREFEITURA MUNICIPAL MARCOS PARENTE**, doravante chamada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob nº 06.554.133/0001-96, estabelecida na Praça Dyrno Pires Ferreira, nº 261, Centro – CEP nº 64.845-000, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal, **Sr. Gedison Alves Rodrigues**, brasileiro, portador do CPF nº 931.843.793-53, neste ato denominado **CONTRATANTE**; e do outro lado, a empresa **CACTUS PRODUÇÕES PUBLICIDADE E ASSESSORIA EIRELI**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 30.439.119/0001-26, localizado no Conjunto Petrônio Portela, Quadra 01, nº 23, CEP nº 64.840-000, na cidade de Guadalupe, Estado do Piauí, devidamente representada pelo **CLEVERTON RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, Solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 3.187.592, expedida pela SSP/PI e CPF/MF nº 048.298.763-44, residente e domiciliado na Quadra 1, nº 23 – Conjunto Petrônio Portela – Guadalupe – PI CEP: 64.840-000, Estado do Piauí, tendo em vista a homologação, pela CONTRATANTE, CELEBRAM ENTRE SI o presente CONTRATO, objetivando a Realização do projeto “Dia do vaqueiro”, realizado pela Secretaria de Assistência Social de Marcos Parente (PI) com produção audiovisual, envolvendo jovens, adolescentes e idosos do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sonorização ornamental do espaço onde acontecerá o missa do vaqueiro, tradicional de Marcos Parente, e transmissão ao vivo pelas redes sociais, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária, conforme despacho exarado no **Processo Administrativo n.º 126/2021**, contendo o ato de autorização e homologação do procedimento licitatório realizado na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021/2021**, cujo contrato se regerá pelas normas da Lei n.8.666/93 e suas alterações posteriores e de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 É objeto da presente licitação a “Realização do projeto “Dia do vaqueiro”, realizado pela Secretaria de Assistência Social de Marcos Parente (PI) com produção audiovisual, envolvendo jovens, adolescentes e idosos do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sonorização ornamental do espaço onde acontecerá o missa do vaqueiro, tradicional de Marcos Parente, e transmissão ao vivo pelas redes sociais, de acordo com as normas da Vigilância Sanitária”, conforme especificações e quantidades constantes na Dispensa de Licitação nº 021/2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL**

2.1 valor global do presente contrato R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

2.2 O preço ofertado será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO	SERVIÇO	01	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
02	ORNAMENTAÇÃO DE ESPAÇO DA TRANSMISSÃO	SERVIÇO	01	R\$ 800,00	R\$ 800,00
03	PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO DOS VAQUEIROS DO SERVIÇO DE	SERVIÇO	01	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE – PI



	CONCIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE MARCOS PARENTE				
04	PREMIAÇÃO DO VAQUEIRO	SERVIÇO	03	R\$ 500,00	R\$ 1.500,00
05	LOCAÇÃO PAINEL DE LED PARA EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO	SERVIÇO	01	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
06	LOCAÇÃO DE EMPECILHOS – CONTENÇÃO- METRO	SERVIÇO	100	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
07	EQUIPE DE TRANSMISSÃO ÁUDIO VISUAL	SERVIÇO	01	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
08	EQUIPE DE PRODUÇÃO	SERVIÇO	04	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 12.800,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

3.1 - O prazo de vigência do contrato será até o dia 31 de dezembro de 2021, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato, correrão por conta dos recursos oriundos do FPM, FMAS E OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS. Projeto atividade: 04.122.0007.2009, 08.122.0033.2027;

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até 30 (trinta) dias a contar da data do atesto da Nota Fiscal pela Controladoria Geral do Município, acompanhado da seguinte documentação em vigor:

a) Nota Fiscal/Fatura discriminada, em via única, devidamente atestada por pessoa responsável pelo recebimento e protocolada no setor competente para realização do pagamento;

5.2 - A CONTRATANTE reterá na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF n° 480/2004, alterada pela IN SRF 539/2005.

5.3 - Se a empresa for optante do Simples, deve anexar à fatura documento que comprove esta opção, situação em que não incidirá a retenção disposta no item acima.

5.4 - A apresentação da nota fiscal/fatura com incorreções implicará na sua devolução à empresa CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 – Execução do serviço objeto deste contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da Ordem de prestação de serviço, não seja realizada dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato;

6.2 - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o serviço.

6.3 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE – PI



6.4 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

6.5 - Fica obrigada a manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Nomear o(s) Gestor(es)/Fiscal(ais) do Contrato e comunicar formalmente à CONTRATADA;

7.2 - Verificar as Obrigações fiscais;

7.3 - Expedir Ordem de serviço;

7.4 - Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa realização do objeto deste contrato;

7.5 - Efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;

7.6 - Caso necessário, aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis; e

7.7 - Notificar à CONTRATADA, através do(s) Gestor(es)/Fiscal(ais) do Contrato, da aceitação definitiva do serviço objeto deste contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR**

8.1 - A fiscal deste contrato ficará a cargo do servidor Raniere Sousa das Chagas, inscrita no CPF nº 044.787.063-79, a quem caberá as seguintes atribuições:

8.1.1 - Exigir Parecer Técnico sobre fatos relevantes que surgirem no transcorrer do serviço do objeto deste contrato;

8.1.2 - Informar a CONTRATANTE acerca de eventuais descumprimentos contratuais realizados pela CONTRATADA, para que possam ser aplicadas sanções administrativas;

8.1.3 - Notificar à CONTRATADA da aceitação definitiva do objeto deste contrato.

**CLÁUSULA NONA – DA INICIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

9.1 - O objeto deste contrato deverá ser fornecido no decurso do prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de prestação de serviço.

9.2 – O prestação de serviço deste objeto deste contrato deverá ser efetuada na localidade designada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO**

10.1 - O recebimento do serviço ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

10.2 - O recebimento dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma dos Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93:

a) Provisoriamente, imediatamente após sua entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações constantes no item 1.1 deste contrato;

b) Definitivamente, no prazo de (05) cinco dias corridos, após verificação de todas as especificações contidas no item 1.1 deste contrato e sua consequente aceitação pela Administração da Prefeitura Municipal de Marcos Parente ou pessoa por ela indicada. Findo esse prazo sem que tenha sido lavrado o termo de recebimento definitivo e sem que haja qualquer manifestação em contrário, presumir-se-á ocorrido o recebimento definitivo.

10.3 - Uma vez entregue o objeto deste contrato, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá o exame e eventual consulta à CONTRATADA em caso de dúvidas. Será procedida a verificação do objeto deste contrato de acordo com as especificações descritas no item 1.1 deste contrato.

10.4 - O objeto entregue em desacordo com o especificado no item 1.1 deste contrato e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-lo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser-lhe aplicada penalidade.





ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE – PI



10.5 - Constatada a ocorrência prevista no item anterior, após a notificação por escrito à CONTRATADA, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspensão, até que seja sanada a situação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1 - A CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a CONTRATADA, direito a qualquer indenização nos casos e formas fixadas na Lei 8.666/93.

12.2 - A Inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

12.3 - O presente contrato não transferirá a outrem o direito ao objeto ajustado, sob pena de rescisão imediata.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1 Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

- a) ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b) MULTA – no valor de 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação;
- c) A CONTRATANTE aplicará as demais penalidades previstas nas Leis 10.520, de 17 de julho de 2002 e 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil;
- d) A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1 Os casos omissos serão resolvidos entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 - À CONTRATADA poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do serviço dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.2 - A Secretaria Municipal de Assistência Social é consumidor final do serviço.

15.3 - O(s) Prazo(s) contratual(is) poderá(ão) ser prorrogado(s), a critério da CONTRATANTE, desde que ocorra um dos motivos previstos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificado em processo próprio e aprovado pela autoridade competente.

15.4 - Considerar-se-á desistência do contrato, a não entrega de seu objeto, salvo se houver motivo de caso fortuito ou força maior que justifique o atraso, comprovado por documentação ficando seu julgamento a critério da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 Para dirimir as questões oriundas do presente contrato é competente o Foro da cidade de Jerumenha - Estado de Piauí, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E assim, por estarem justos e de pleno acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as cláusulas e condições firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal e jurídico, que depois de lido e achado conforme, vai ser assinado pelas partes e testemunhas.

Marcos Parente (PI), 09 de julho de 2021.



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE – PI



PELO CONTRATANTE: Gedison Alves Rodrigues  
GEDISON ALVES RODRIGUES  
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA: Cleerton Rodrigues de Sousa  
CACTUS PRODUCOES PUBLICIDADE E ASSESSORIA EIRELI  
CNPJ nº 30.439.119/0001-26

1ª Testemunha: \_\_\_\_\_

CPF, RG

2ª Testemunha: \_\_\_\_\_

CPF, RG